



Filosofia e Autogestão

Jean-Luc Percheron

Eu emiti o conceito de uma consciência coisificada. Trata-se, porém de um consciente que rejeita tudo que é consequência, todo o conhecimento do próprio condicionamento, e aceita incondicionalmente o que está dado.

Theodor Adorno

A questão da autogestão vem sendo tratada sob os mais variados pontos de vista. O problema fundamental que perpassa todas as discussões em torno da autogestão é o da possibilidade ou não de sua concretização. Para os conservadores, a autogestão é um “sonho irrealizável”, uma “utopia”; para parte do movimento socialista, as correntes bolchevistas, a autogestão (ou “o comunismo”) só é possível após um “período de transição” chamado “socialismo”; para os esquerdistas, a autogestão é possível e só se realizará se não houver “período de transição”. Pretendemos discutir aqui esta última concepção, por ser a mais coerente. A questão que colocamos é a seguinte: a autogestão é possível? Partimos do pressuposto de que ela é possível e por isso colocamos outra questão sem substituição à primeira: se ela é possível, porque é tão difícil pensá-la? Este é o problema que procuraremos analisar aqui.

Entretanto, devemos, em primeiro lugar, abrir um parêntesis para esclarecer o pressuposto de que partimos: o da possibilidade da autogestão. Para nós, todos os obstáculos que os ideólogos da classe dominante colocam para fundamentar a impossibilidade da autogestão já foram refutados por diversos teóricos da autogestão. O único obstáculo à implantação da autogestão é político e este, segundo nosso ponto de vista, se expressa na ação contrarrevolucionária da classe dominante, através da violência física, econômica e simbólica. Se a defesa da autogestão já foi realizada sob os mais variados pontos de vista (“econômico”, “sociológico”, “político” etc.) cabe a nós



observarmos qual é a contribuição que a reflexão filosófica pode dar a esta discussão. Por isso, não trataremos da violência física e econômica, da classe dominante, mas tão-somente da violência simbólica, ao buscarmos compreender porque é tão difícil pensar a autogestão. Aqui fechamos o parêntesis.

O que nos impede de ter consciência da possibilidade da autogestão? Esta é uma questão difícil, mas que, utilizando-nos da filosofia da linguagem, poderemos tentar respondê-la, ou seja, sugerimos que para responder esta questão é necessário, anteriormente, responder a esta outra: qual é a relação entre consciência e linguagem? Em primeiro lugar, devemos definir o que entendemos por linguagem: a linguagem é o conjunto de recursos simbólicos, tanto gráficos quanto verbais, ou seja, os utilizados pela escrita e pela fala, que os homens dispõem para se comunicar. Portanto, a linguagem é um meio de comunicação entre os homens, mas um meio específico (pois é baseado em recursos simbólicos) e que só existe por ser uma relação social (já que é uma forma de comunicação entre os homens).

Em segundo lugar, devemos reconhecer que a consciência humana é, por natureza, uma consciência social e que, por conseguinte, deve ser comunicada e isto se realiza fundamentalmente através da linguagem. Isto quer dizer que é a linguagem que organiza a consciência. Tomemos um exemplo para explicar o significado da linguagem para a consciência. Imaginemos uma ilha isolada onde vive uma comunidade que possui uma produção autossuficiente que satisfaça todas as suas necessidades. Em tal sociedade não existe mercado, dinheiro, comércio etc. Nesta sociedade também não existem estas palavras. Digamos que, nesta comunidade, apareça um indivíduo excepcional, que possui uma criatividade e uma imaginação bastante desenvolvida. Certo dia ele resolve criar certas palavras, tais como mercado, dinheiro, moeda, troca comercial, comércio, compra, venda, oferta, procura e apresente um projeto político de transformação social propondo a substituição desta sociedade autossuficiente por uma sociedade mercantil. Certamente, a maioria o consideraria um “louco”. Outros



simplesmente lhe diriam: isto é impossível, uma sociedade mercantil é um sonho irrealizável! Isto significa que novas palavras (que podem expressar projetos políticos) que retratam uma realidade ainda não existente são de difícil assimilação pela consciência, aparecendo como algo impossível de se realizar. Isto ocorre porque a linguagem é articulada de tal forma que busca apenas nomear o existente e assim se torna um “sistema” que é reflexo da sociedade existente. A única linguagem que é assimilada facilmente pela consciência é a linguagem oficial, conformista, coisificada. A linguagem “não-oficial” não possui a credibilidade da “oficial”. E é esta última que é a linguagem dominante e que organiza a consciência social. Neste sentido, podemos dizer que a linguagem (dominante) condiciona a consciência, o pensamento, a visão de mundo.

Esta afirmação, entretanto, não entra em contradição com a ideia de que é a vida que determina a consciência? Será este um novo “paradigma” em substituição ao “paradigma” marxista? Nem uma coisa, nem outra. Não se trata de substituir a ideia de que “a vida determina a consciência” pela ideia de que “a linguagem determina a consciência”, mas sim de reconhecer que a consciência coisificada cria uma linguagem coisificada e esta, uma vez criada, passa a ser um obstáculo para se realizar a superação daquela. Há, assim, uma unidade entre consciência coisificada e linguagem coisificada e elas reforçam-se reciprocamente. Ambas evitam a percepção do novo. A influência delas sobre as pessoas é bastante visível. Vejamos um exemplo: é muito comum ver conservadores, liberais, socialdemocratas (como Kautsky) reconhecer os méritos de Karl Marx na sua análise da sociedade capitalista. Entretanto, logo querem separar o aspecto “científico” de sua obra do aspecto “utópico”. É claro que o “aspecto científico” é a parte que retrata a sociedade capitalista e o aspecto “utópico” é o que trata das crises e contradições do capitalismo, da revolução e da nova sociedade que será instituída. A negação da história é “científica” e sua afirmação é “utopia”.



É isto que torna difícil pensar a autogestão. A linguagem e a consciência coisificadas não só dificultam a visão do novo como acabam exercendo uma influência tão forte sobre os indivíduos, que eles, mesmo quando buscam apresentar projetos alternativos de sociedade, se revelam impregnados por elas. Basta ver a discussão sobre a “lei do valor” na União Soviética realizada no período da NEP (Nova Política Econômica) ou a ideia trotskista do “estado operário” para notar isto. Para observarmos melhor isto, vejamos uma afirmação de Marx: com a revolução proletária o estado capitalista será destruído e não haverá mais poder político *propriamente dito*, o que significa dizer que o estado (poder político) não existirá mais “propriamente dito”? Significa, simplesmente, que não haverá mais estado, embora alguma coisa existirá em seu lugar, só que esta “alguma coisa” ainda não tem nome e por isto poderá ser chamado “poder político” (ou estado). Entretanto, não é “poder político” propriamente dito, ou seja, no seu verdadeiro significado. Acontece que essa “concessão” abre espaço para a posterior deformação do pensamento de Marx e o surgimento de noções como “estado operário”, “estado socialista” etc., que são formas de poder político propriamente dito. Em outras palavras, a utilização de uma palavra coisificada (estado ou poder político) possibilita que se utilize uma concepção coisificada (de estado ou poder político) para se criar uma realidade oposta a que se pretendia no projeto político original (o de Marx).

Portanto, nossa tese de que a linguagem condiciona a consciência está confirmada. Acontece que a consciência também condiciona a linguagem. Existe uma unidade e uma ação recíproca entre linguagem coisificada e consciência coisificada. Mas esta concepção não é, ela mesma, coisificada? Onde está o novo, a transformação, a possibilidade de mudança? Ela não toma a linguagem e a consciência como “coisas” dadas, a-históricas, imutáveis? Para não cairmos no erro que criticamos, devemos acrescentar que, em uma sociedade de classes, a linguagem e a consciência coisificada expressam os interesses da classe dominante. A luta de classes perpassa tanto a



linguagem quanto a consciência. Por isso, a classe revolucionária busca superar a coisificação da linguagem e da consciência. É por isto que ela pode pensar o novo, e, quando o pensa, isto significa que ela carrega em si novas relações sociais. A classe revolucionária só pode pensar uma nova sociedade porque está já existe *potencialmente* no interior da velha sociedade e o seu embrião se encontra nas novas relações sociais que são produzidas por esta mesma classe. Isto também coincide com a afirmação de Marx: “a existência de ideias revolucionárias pressupõem a existência de uma classe revolucionária”. Se em nossa sociedade é possível pensar a autogestão, é porque ela é possível e existe como potencialidade.

Cabe resolver uma última questão: dizer que a linguagem condiciona a consciência e vice-versa não é cair num círculo vicioso? Na verdade, o conjunto das relações sociais determina a consciência e também a linguagem. Entretanto, esta não é a sua única determinação, pois o “concreto é o resultado de suas múltiplas determinações” (Hegel, Marx). Portanto, as relações sociais não são a única determinação da linguagem e/ou consciência. O desenvolvimento da consciência humana e a necessidade de comunicá-la cria a linguagem e isto significa que a vida é a principal determinação da linguagem. A consciência, como expressão da vida social, é outra determinação que ela possui. Entretanto, com o desenvolvimento histórico, a linguagem se *solidifica* e acaba influenciando o próprio desenvolvimento da consciência. Em uma sociedade homogênea, o desenvolvimento da consciência contra a solidez da linguagem só é impulsionado com a formação de novas palavras e conceitos; em sociedades heterogêneas – divididas em classes sociais – a consciência desenvolve-se não só com a formação de novas palavras e conceitos, mas também com a mudança de significado de palavras e conceitos já existentes. Por isso, a linguagem em tais sociedades é perpassada pela luta de classes. Por conseguinte, não basta ao movimento revolucionário criar novas palavras e conceitos, pois é necessário preservar-lhe o significado autêntico. Se lembrarmos da deformação (acadêmica, bolchevista, socialdemocrata etc.) de diversos



conceitos elaborados por Marx (por exemplo: alienação, modo de produção, capital, dialética etc.), veremos que a luta pelo significado autêntico dos conceitos é uma luta política e revolucionária. Além disso, é necessário ampliar quantitativamente os conceitos e palavras que o movimento revolucionário dispõe e assim elaborar uma verdadeira linguagem revolucionária que supere as ambiguidades ainda existentes em seu interior, como é o caso de algumas noções utilizadas por Marx devido à falta de conceitos apropriados e que foram erigidas pelos seus epígonos ao nível de verdadeiros conceitos, tal como as noções de “ditadura do proletariado”, “estado operário” etc.

Isto tudo significa que a violência simbólica que a classe dominante executa contra a classe revolucionária dificulta a consciência da possibilidade histórica e concreta da autogestão. Tal violência se expressa não somente na consciência, mas também na linguagem. E é somente através da linguagem revolucionária que poderemos realizar uma contraviolência simbólica. A percepção de que o desenvolvimento da consciência revolucionária também encontra como obstáculo a linguagem é fundamental para a luta pela emancipação humana.